

Maria Teresa Navarro de Britto Matos
Francisco José Aragão Pedroza Cunha
Alzira Queiróz Gondim Tude de Sá
Aurora Leonor Freixo
(Organizadores)

Perfil, evolução e perspectivas do ensino e da pesquisa em Arquivologia no Brasil

**Perfil, evolução e perspectivas
do ensino e da pesquisa em
Arquivologia no Brasil**

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Reitor

João Carlos Salles Pires da Silva

Vice-reitor

Paulo Cesar Miguez de Oliveira

Assessor do Reitor

Paulo Costa Lima



EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Diretora

Flávia Goulart Mota Garcia Rosa

Conselho Editorial

Alberto Brum Novaes

Angelo Szaniecki Perret Serpa

Caiuby Alves da Costa

Charbel Ninõ El-Hani

Cleise Furtado Mendes

Dante Eustachio Lucchesi Ramacciotti

Evelina de Carvalho Sá Hoisel

José Teixeira Cavalcante Filho

Maria Vidal de Negreiros Camargo

Maria Teresa Navarro de Britto Matos
Francisco José Aragão Pedroza Cunha
Alzira Queiróz Gondim Tude de Sá
Aurora Leonor Freixo
(Organizadores)

Perfil, evolução e perspectivas do ensino e da pesquisa em Arquivologia no Brasil

Salvador
EDUFBA
2015

2015, autores.
Direitos para esta edição cedidos à EDUFBA.
Feito o depósito legal.

Grafia atualizada conforme o Acordo Ortográfico da Língua
Portuguesa de 1991, em vigor no Brasil desde 2009.

Capa, Projeto Gráfico e Editoração
Rodrigo Oyarzábal Schlabit

Revisão
Vera Maria Nazareth Andrade Chaoui

Normalização
Sandra Batista / Maria Raquel Gomes Fernandes

Sistema de Bibliotecas – UFBA

P434 Perfil, evolução e perspectivas do ensino e da pesquisa em Arquivologia no Brasil / Maria Teresa Navarro de Britto Matos... [et al.]. (Org.); prefácio de Heloisa Liberalli Bellotto – Salvador : EDUFBA, 2015.
575 p. : il.

Textos apresentados na III Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia (REPARQ), no período de 16 a 18 de outubro de 2013, no campus Ondina na Universidade Federal da Bahia, com o apoio do Fórum Nacional de Ensino e Pesquisa em Arquivologia (FEPARQ).

ISBN 978-85-232-1417-3

1. Arquivologia – Estudo e ensino – Brasil. 2. Arquivologia – Currículos – Avaliação. 3. Arquivos – Tecnologia - Tratamento. I. Matos, Maria Teresa Navarro de Britto. II. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). III. Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq). IV. Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB). V. Universidade Federal da Bahia. Instituto de Ciência da Informação. VI. Título.

CDD – 020
CDU –025.171

Editora filiada a



EDUFBA

Rua Barão de Jeremoabo, s/n, Campus de Ondina,
40170-115, Salvador-BA, Brasil
Tel/fax: (71) 3283-6164
www.edufba.ufba.br | edufba@ufba.br

Sumário

9 Prefácio

Heloísa Liberalli Bellotto

11 Apresentação

Maria Teresa Navarro de Britto Matos

Francisco José Aragão Pedroza Cunha

Alzira Queiróz Gondim Tude de Sá

Aurora Leonor Freixo

Parte 1 – Ensino em Arquivologia

17 Los nuevos paradigmas de la archivística y sus implicaciones en la formación y en la investigación

Maria Manuela Moro Cabero

41 Formação em Arquivologia no Brasil: análise da influência acadêmico-institucional

Gabrielle Francinne de Souza Carvalho Tanus

Carlos Alberto Araújo

61 Uma proposta de formação mínima para os cursos de Arquivologia das universidades brasileiras

Flávia Helena Oliveira

Renato Tarciso Barbosa de Sousa

75 Da Arquivologia que fazemos: mapeamento dos currículos dos cursos de Arquivologia no Brasil

Welder Antônio Silva

Cíntia Chagas Arreguy

Leandro Negreiros

97 A revisão curricular na Arquivologia da UFSM como resultado da avaliação do ensino

Fernanda Kieling Pedrazzi

Rafael Chaves Ferreira

Sonia Elisabete Constante

113 A competência informacional e o desempenho acadêmico de estudantes de Arquivologia

Ivone Guerreiro Di Chiara

Linete Bartalo

Miguel Luiz Contani

- 133 **Blogs em Arquivologia: ferramentas de ensino-aprendizagem ou componentes do ato pedagógico?**
André Porto Ancona Lopez
Rodrigo Fortes Ávila
- 151 **O perfil dos arquivistas egressos do curso de Arquivologia da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES): percurso metodológico da pesquisa**
Solange Machado de Souza
- 167 **O cenário da pós-graduação stricto sensu em Arquivologia no Brasil**
José Maria Jardim
- 185 **A pós-graduação stricto sensu em Arquivologia no Brasil**
Solange Machado de Souza
- 207 **Gestão de documentos: capacitação de agentes públicos do Poder Executivo Federal**
Djalma Mandu de Brito

Parte 2 – Comunicação científica e Arquivologia

- 227 **A comunicação científica, o acesso, a construção e o custo do conhecimento**
Sandra Lúcia Rebel Gomes
- 245 **A Reparq e a proposta de uma Associação de Ensino e Pesquisa em Arquivologia no cenário arquivístico brasileiro: balanço e perspectivas**
Cyntia Roncaglio
- 259 **O currículo Lattes como fonte de informação no estudo da produção do conhecimento científico na Arquivologia**
Leandro Coelho de Aguiar
Renata Regina Gouvêa Barbalho
Vitor Manoel Marques da Fonseca

Parte 3 – Arquivos, Arquivologia e Administração Pública

- 279 **Desafios e perspectivas de implementação da lei de acesso à informação no âmbito da Administração Pública Federal**
Paola Rodrigues Bittencourt
- 299 **Dimensões político-arquivísticas da avaliação de documentos na Administração Pública Federal (2004-2012)**
Ana Celeste Indolfo

- 317 Um estudo sobre gestão de documentos arquivísticos digitais na administração pública federal brasileira**
Brenda Couto de Brito Rocco
- 335 O patrimônio arquivístico brasileiro em perigo: mapeamento de atos lesivos e levantamento das ações adotadas pelo estado**
Cristiane Basques
Georgete Medleg Rodrigues
- 349 O lugar do arquivo: um levantamento na legislação de Minas Gerais, 1994-2011**
Renato Pinto Venâncio
- 365 Os documentos especiais à luz da Arquivologia contemporânea: uma análise a partir das instituições arquivísticas públicas da cidade do Rio de Janeiro**
Anna Carla Almeida Mariz
Thiago de Oliveira Vieira

Parte 4 – Arquivos e Tecnologias

- 387 A aplicação da taxonomia no software de descrição arquivística ICA-AToM**
Daniel Flores
Débora Flores
Sérgio Ricardo da Silva Rodrigues
- 403 Acesso e preservação do patrimônio arquivístico documental: um repositório digital para o Diário de Classe**
Sérgio Renato Lampert
Daniel Flores
- 423 Metadados para preservação e segurança do Diário de Classe eletrônico da UFSC**
Débora Flores
Dulce Elaine Saul da Luz
Raul Ceretta Nunes
- 441 O banco de dados sob um olhar arquivístico através da Ciência da informação – comunicação, informação e conhecimento**
Gilberto Fladimar Rodrigues Viana
Telma Campanha de Carvalho Madio
- 457 A web 2.0 e as instituições arquivísticas nacionais de países de tradição ibérica: uma reflexão sobre a cultura participativa**
Louise Anunciação Fonseca de Oliveira
Maria Teresa Navarro de Britto Matos

Parte 5 – Organização e Tratamento de Acervos

- 479 Metodologia para levantamento tipológico em arquivos pessoais de cientistas**
Márcia Cristina Duarte Trancos
Maria Celina Soares de Mello e Silva
- 495 Descrição e acesso ao patrimônio documental da UFSM: o Campus Avançado de Roraima**
Camila Poerschke Rodrigues
Daniel Flores
Sérgio Renato Lampert
- 513 Arquivo como instrumento: da gestão de atividades pessoais a ponto de referência de memórias coletivas – um olhar sobre o arquivo pessoal de Dom Adriano Mandarino Hypólito**
Bruno Ferreira Leite
João Marcus Assis
- 525 Uma relação distante: análise sobre a utilização de métodos bibliométricos / quantitativos pela Arquivologia**
Roberto Lopes dos Santos Júnior
- 541 Os arquivos da Biblioteca Nacional: contribuições para o desenvolvimento de um projeto de pesquisa sobre a construção de uma rede de informações científicas**
Carlos Henrique Juvêncio
Georgete Medleg Rodrigues
- 555 A noção de ramificação dos documentos arquivísticos: o exemplo dos fundos relacionados à Guerrilha do Araguaia**
Shirley Carvalhêdo
- 573 Recomendações e moções**

Prefácio

A demonstração da consolidação de uma área do conhecimento que se pretende conjunção de saber e de profissão, carreando em seu entorno todos os elementos vitais à sua existência e desenvolvimento, dá-se quando essa área é capaz de demonstrar que está habilitada a ter e a manter uma identidade própria, que a torne inconfundível e única.

A Arquivologia no Brasil, como área de saber universitário e de profissão inequívoca, ao aproximar-se de seu cinquentenário de existência como tal, parece ter finalmente chegado a essa consolidação. No decorrer desse tempo tem-se assistido paulatinamente ao desenvolvimento e enraizamento de uma “ciência” que vai produzindo seus frutos como área do saber e como profissão. Pesquisas em andamento, resultados de pesquisas aplicadas a arquivos, aperfeiçoamento metodológico e prático, formação consistente de novos profissionais, educação contínua para os já experientes na área – esse é o panorama atual, não obstante o difícil momento pelo qual passa o país.

Participei desta III Reunião de Ensino e Pesquisa em Arquivologia (Reparq) na qualidade de ministrante de *workshop* sobre o preparo didático dos professores de Arquivologia, o que me proporcionou a possibilidade de assistir à maioria das sessões e pude acompanhar a pertinência e a acuidade dos trabalhos apresentados. A soma das informações ali divulgadas e discutidas apresenta um rico panorama para melhor compreender-se esse momento do panorama arquivístico no Brasil. A publicação dos trabalhos ali apresentados é um precioso presente que a Editora da Universidade Federal da Bahia, com o apoio financeiro da Fundação do Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia, ora nos proporciona.

Esta coletânea, na verdade, representa um quadro que demonstra o amadurecimento a que chegaram os cursos universitários da área: o entrosamento entre professores, mestrandos e doutorandos na apresentação de suas pesquisas, reflexões e perplexidades. São desafios a enfrentar, com ênfase, como seria de se esperar, nos novos paradigmas para o ensino e a pes-

quisa; na discussão da formação no que concerne às necessidades curriculares em um mundo tão cambiante como o presente; na produção, acesso, uso e guarda dos documentos digitais.

De um lado, nas organizações, o momento é de mudanças reclamadas pela tecnologia, pela competitividade e pelos ambientes no mercado global, tudo isso a exigir profundas mudanças nos sistemas de informação, nos quais se inserem os arquivos; de outro lado, os governos em escala mundial, vêm-se diante das transformações nos sistemas burocráticos e diante da necessidade gritante de transparência administrativa demarcada pela força da cidadania. Tudo isso exigindo mais e mais a modernização e atualização dos sistemas arquivísticos. Exigindo, portanto, inovações, e essas, só serão eficazes se baseadas em pesquisas e estudos que as construam e desenvolvam, resultando em projetos concretos. Assim, cresce a demanda por professores capazes de formar profissionais habilitados para tanto. E o panorama apresentado por esta III Reparq demonstra que estamos no caminho certo.

Os trabalhos ora reunidos nessa coletânea vem justamente contribuir para satisfazer essa demanda de novos paradigmas teóricos e metodológicos que respondam à aquela desafiadora demanda. O conteúdo desses trabalhos pode trazer respostas aos desafios profissionais que diariamente recebem os arquivistas – e cada vez mais.

Em boa hora o Instituto de Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia propõe-se a publicar os resultados da III Reparq, resultados esses que certamente iluminarão futuros caminhos da pesquisa e do ensino da Arquivologia no Brasil.

São Paulo, 15 de setembro de 2015

Heloísa Liberalli Bellotto
Universidade de São Paulo. SP

Apresentação

A coletânea *Perfil, evolução e perspectivas do ensino e da pesquisa em Arquivologia no Brasil* reúne os resultados de pesquisas apresentadas na III Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia (REPARQ), realizada pelo Instituto de Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia na cidade de Salvador, Bahia, no período de 16 a 18 de outubro de 2013, no Campus Ondina, com o apoio do Fórum Nacional de Ensino e Pesquisa em Arquivologia. Pesquisas em fase de desenvolvimento e/ou concluídas, empreendidas por docentes, discentes (mestrandos e doutorandos) e pesquisadores da área vinculados a universidades e demais instituições dedicadas à pesquisa. Entende-se que publicar resultados de pesquisa é tão importante quanto a própria pesquisa e corresponde a uma das funções sociais da ciência.

Este livro parte do pressuposto de que a institucionalização da Arquivologia, como campo acadêmico-científico, no Brasil, encontra-se em processo de consolidação, devido às conquistas em âmbito nacional e, também, pela própria afirmação da área, na esfera internacional. Entre os anos de 1977 e 2012, o ensino universitário da Arquivologia, na graduação, vem se expandido e conquistando identidade própria. Totalizam, no momento, 17 cursos de graduação, todos ministrados por universidades públicas federais e estaduais, distribuídos nas 5 regiões geopolíticas do Brasil. Da mesma forma, são vários os indicadores do crescimento da pesquisa em Arquivologia nas universidades, instituições arquivísticas e outras organizações. Contudo registrava-se a ausência de mestrado e doutorado em Arquivologia, o que motivou uma demanda dos profissionais da área junto a programas de pós-graduação em Ciência da Informação, História, Administração, Educação e Engenharia de Produção. O ano de 2012 se apresentou como marco significativo na história da Arquivologia brasileira, quanto à pós-graduação, por meio da criação do primeiro curso de Mestrado Profissional em Gestão de Documentos e Arquivos, na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Uma ação oportuna e de significado valioso quanto aos futuros caminhos da Arquivologia, sob as perspectivas do Plano Nacional de Educação (2011-2020), do Plano

Nacional de Pós-Graduação (2011-2020) e do incremento de políticas públicas de fomento a pesquisa e à inovação.

A evolução dessa trajetória possibilita a demarcação da área conquistada pela Arquivologia junto às demais ciências, além de subsidiar a construção de uma consciência coletiva da comunidade arquivística no Brasil, representada por discentes, docentes e pesquisadores. Nesse contexto de grande significado para a Arquivologia, cabe ressaltar que a presente coletânea se constitui de 31 textos produzidos por 50 autores, comprometidos em dar ênfase às questões estratégicas de interesse para a Arquivologia brasileira, no século XXI. Importante registrar, também, que os referidos textos foram todos apresentados, enquanto conferências e comunicações orais de pesquisa, no âmbito da III Reparq.

A Reunião contou com o honroso apoio dos seguintes órgãos de fomento à pesquisa: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq) e Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB).

Embora com um eixo comum, considerando a abrangência dos temas objeto dos textos produzidos, optou-se por agrupá-los em 5 partes: “Ensino em Arquivologia”; “Comunicação Científica em Arquivologia”; “Arquivos, Arquivologia e Administração Pública”; “Arquivos e Tecnologias” e “Organização e Tratamento de Acervos”. Soma-se, ainda, a publicação das Recomendações e Moções aprovadas na Plenária de Encerramento da III REPARQ.

A primeira nos remete ao “Ensino em Arquivologia”. Destaca questões relativas aos novos paradigmas e a formação em Arquivologia: grade curricular; competências e desempenho acadêmico de estudantes; perfil de egressos; pós-graduação *lato e stricto sensu*; capacitação de agentes públicos e, ferramentas de ensino-aprendizagem.

“Comunicação Científica em Arquivologia”, tema da segunda parte, trata da comunicação científica, do acesso, da construção e do custo do conhecimento; da proposta de criação de uma Associação de Ensino e Pesquisa em Arquivologia, além do currículo *Lattes* como fonte de informação no estudo da produção do conhecimento científico.

A terceira, “Arquivos, Arquivologia e Administração Pública”, apresenta os desafios no âmbito da administração pública brasileira em relação às perspectivas da implementação da Lei de Acesso à Informação; as dimensões político-arquivísticas da avaliação de documentos; a gestão de documentos arquivísticos digitais; o mapeamento de atos lesivos ao patrimônio arquivístico e das ações do Estado; o lugar do arquivo na legislação e, os documentos especiais custodiados por instituições arquivísticas públicas.

A quarta, “Arquivos e Tecnologias”, refere-se à aplicação da taxonomia no *software* de descrição arquivística ICA-AtoM; o banco de dados sob um olhar arquivístico; repositórios digitais; e a *web 2.0* e instituições arquivísticas.

“Organização e Tratamento de Acervos”, quinta parte, registra a discussão em torno do levantamento tipológico em arquivos pessoais; da descrição e acesso ao patrimônio documental; da gestão de atividades pessoais; da análise sobre a utilização de métodos bibliotecnômicos / quantitativos; dos arquivos da Biblioteca Nacional; e da noção de ramificação dos documentos arquivísticos.

Nossos agradecimentos à Editora da Universidade Federal da Bahia (EDUFBA) cujo apoio foi decisivo para tornar possível a publicação deste livro, sob a honrosa chancela da FAPESB. Assegurando, portanto, a divulgação e a socialização das pesquisas apresentadas durante a III REPARQ. O conhecimento publicado confere a base essencial com vistas ao fortalecimento de uma cultura científica na área de Arquivologia.

Salvador, Bahia, março de 2015.

Maria Teresa Navarro de Britto Matos
Francisco José Aragão Pedroza Cunha
Alzira Queiróz Gondim Tude de Sá
Aurora Leonor Freixo

O patrimônio arquivístico brasileiro em perigo: mapeamento de atos lesivos e levantamento das ações adotadas pelo estado

*Cristiane Basques
Georgete Medleg Rodrigues*

Segundo a Constituição Federal (CF) de 1988, os documentos de arquivo são entendidos como parte integrante do patrimônio cultural do Brasil. Conforme explicitado no texto da Lei, “constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial”, dentre eles “documentos”. (BRASIL, 1988) A mesma CF define o papel do Estado, nas suas diversas instâncias, como responsável pela proteção do patrimônio cultural brasileiro, afirmando que o poder público, com o apoio da comunidade, “promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação e de outras formas de acautelamento e preservação. (BRASIL, 1988) Três anos após a promulgação da nova Constituição Federal, o dever de proteção especial aos documentos de arquivo como instrumento de apoio à administração, à cultura, ao desenvolvimento científico e como elemento de prova e informação foi regulamentado pelo artigo 1º da Lei Federal n.º 8.159, de 8 de janeiro de 1991, a nossa lei de arquivos, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados.

Desta forma, o direito de acesso às informações contidas nos documentos de arquivo, expresso na Constituição de 1988 e pela Lei n.º 8.159/91,¹ como um direito fundamental que

1 Em 18 de novembro de 2011 foi publicada a Lei n.º 12.527 regulamentando o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; alterando a Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revogando a Lei n.º 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei n.º 8.159, de 8 de janeiro

visa a instrumentalizar o exercício da cidadania, impõe ao Poder Público o dever de proteção especial e, como medida coercitiva, imputa responsabilidade àquele que praticar conduta e atividade lesiva aos documentos. No seu artigo 25, a Lei n.º 8.159 afirma que “ficará sujeito à responsabilidade penal, civil e administrativa [...] aquele que desfigurar ou destruir documentos de valor permanente ou considerado como de interesse público e social”. (BRASIL, 1988) Tais dispositivos fornecem os meios legais para efetivação da proteção dos documentos de arquivo. Entretanto, aparentemente, eles não são garantia de sua ideal e efetiva aplicação e fiscalização, uma vez que são frequentes as notícias nos meios de comunicação sobre o descuido com os documentos públicos, que vai de furtos a enchentes e incêndios, como podemos constatar pesquisando o assunto na mídia impressa ou na internet, o que nos levou a propor um tema de pesquisa sobre o assunto.

Assim, o tema do nosso projeto de mestrado surgiu de indagações sobre como ocorre, hoje, a proteção do patrimônio arquivístico brasileiro pelo Estado, considerando as notícias veiculadas na imprensa nacional indicando, frequentemente, ocorrências relacionadas à destruição de documentos arquivísticos. Tal constatação nos levou a formular os seguintes problemas de pesquisa: Como o órgão fiscalizador coordena ações de defesa do patrimônio arquivístico? Quais são as fontes de informação que nos permitem verificar o resultado dessa coordenação? Como o Arquivo Nacional acompanha e divulga notícias sobre condutas e atividades lesivas ao patrimônio arquivístico? Em que momento os documentos de arquivo foram tipificados como bem integrante de fato e de direito patrimônio cultural brasileiro?

Tendo como eixo de pesquisa as questões acima, definimos como objetivo geral mapear ações danosas ao patrimônio arquivístico, noticiadas pela mídia e verificar as medidas adotadas pelo Estado no acompanhamento, defesa e divulgação das ocorrências, bem como identificar as fontes de informações que indiquem essas medidas, tendo como período de pesquisa delimitado o marco legal da publicação da Lei de Arquivo (8.159/91) até o ano que precede o nosso ingresso no Mestrado, isto é, 2011.

Em termos metodológicos referentes ao nosso primeiro objetivo, o estudo consiste em identificar nos jornais Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo, O Globo, Jornal do Brasil e Correio Braziliense e na internet reportagens sobre ocorrências de condutas e atividades lesivas aos documentos arquivísticos usando as seguintes palavras-chave associadas a “arquivo” e “documento”: eliminar, destruir, extraviar, furtar, roubar, incinerar, inutilizar, queimar, en-

de 1991. A lei trata sobre aplicabilidade, as diretrizes para assegurar o direito de acesso, principais conceitos e dever do Estado de garantia do acesso, significando um importante passo para a consolidação democrática do Brasil por meio da transparência pública.

chente, umidade, chuva, sinistro e incêndio. Os jornais escolhidos devem-se ao fato de serem de grande circulação e formadores de opinião no País, assim como a Internet.

Em seguida, iremos identificar nos relatórios de atividades da 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal² o quantitativo de ações de investigação abertas pelo Ministério Público Federal sobre condutas e atividades lesivas aos documentos arquivísticos, em razão de ser o órgão que coordena ações de defesa do meio ambiente e do patrimônio cultural brasileiro, bem como verificar a forma de acompanhamento dos procedimentos instaurados.

Considerando que o Arquivo Nacional possui competência definida em lei relacionada à proteção do patrimônio documental, um dos objetivos de nossa pesquisa será o de identificar se a instituição acompanha e divulga as ocorrências, condutas e atividades lesivas ao patrimônio arquivístico; se possui algum canal de denúncias, de acompanhamento e divulgação das medidas adotadas, bem como cadastro de acervos documentais discriminando os bens que sofreram condutas e atividades lesivas.

Por fim, considerando também que desde a promulgação da Constituição Federal de 1824 e após a publicação do Decreto-Lei n.º 25, de 30 de novembro de 1937,³ surgiram inúmeras normativas tentando adequar-se às novas perspectivas de proteção. É importante também identificarmos em quais momentos a proteção foi ou não considerada, e como está a situação hoje. Desse modo, será necessário percorrer alguns períodos históricos para que se possa compreender a evolução histórica e legislativa da proteção aos documentos arquivísticos.

É importante destacar que o pressuposto da pesquisa é o de que a proteção do patrimônio não é uma tarefa fácil e simples de ser gerida pelo Estado e que as fontes de informação disponíveis, por serem dispersas, dificultam a identificação de sua atuação.

Desta forma, o nosso trabalho vai abordar os conceitos de patrimônio com uma discussão sobre a extensão desse conceito aos arquivos, bem como a definição de políticas públicas e seu entendimento no caso dos arquivos. Por outro lado, esse tema insere-se na perspectiva apontada por Jardim (1999, p. 89), que defende: “Ciência da Informação tem necessidade não só de estudos teóricos sobre informação, como também de pesquisa que abordem as questões do Estado e das Políticas Públicas e suas relações com o cidadão” e também naquela

2 A 4ª CCR é responsável pela coordenação de ações de defesa do meio ambiente e do patrimônio cultural brasileiro, dispondo de uma equipe constituída de analistas periciais e assessores, com formação multidisciplinar em diversas áreas do conhecimento que atuam em tarefas especializadas na realização de perícias e exames necessários às atividades institucionais, abrangendo com uma das áreas de atuação: o patrimônio documental ou arquivístico.

3 O Decreto-Lei n.º 25 organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional considerando como parte integrante o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.

defendida por Indolfo⁴ (2008, p. 142) segundo a qual “os prováveis descasos para com a proteção aos documentos públicos envolvem aspectos não só criminais, como também de condições inadequadas de armazenamento, de procedimentos administrativos, culturais e educativos para garantir a segurança e a preservação da memória e do patrimônio nacional”. Na mesma direção evocamos o entendimento de Silva (2008, p. 9), para quem “a preservação deve ser entendida pelo seu sentido geral e abrangente e seria uma ação que se dedica a salvaguardar ou a recuperar as condições físicas e proporcionar permanência aos materiais dos suportes que contêm a informação”.

Ainda, considerando os arquivos como constitutivos do patrimônio nacional recorremos aos autores que abordam conceitos de memória, patrimônio, preservação e conservação de acervos arquivísticos e de política arquivística, tais como: Le Goff (2003), Fonseca (2009), Menezes (1984), Abreu (1996), Silva (1998), Chauí (1992), Choay (1992), Gonçalves (1996), Chuva (1995), Castro (1991), Zúñiga (2002), Jardim (1995). Para a dissertação, faremos, evidentemente, um recorte nas leituras, direcionando-as para nosso objeto.

Finalmente, o interesse da pesquisa aqui proposta vai ao encontro das ponderações de Silva (2008, p. 105) que afirma: “a produção científica relacionada a temas como “Preservação e Política”, “Arquivo, Informação e Políticas” e “Preservação, Conservação e Restauração” nas áreas da Arquivologia e da Ciência da Informação no Brasil ainda é de pequena monta”, bem como a de Lemos (1981, p. 121) que afirma: “a bibliografia brasileira disponível sobre a problemática do patrimônio cultural e sua preservação é realmente escassa – o tema transparece aqui e ali principalmente em artigos de revistas e em apostilas de cursos de especialização”.

Assim, entende-se que um estudo com essa temática poderá contribuir e enriquecer a bibliografia e reflexões relacionadas às questões de proteção e preservação dos documentos arquivísticos, bem como apoiar e instrumentalizar os pesquisadores, não somente da área de Ciência da Informação, mas de outras áreas que pesquisam e desenvolvem trabalhos sobre Patrimônio Cultural no Brasil.

Cenário da proteção do patrimônio arquivístico brasileiro

A inclusão do documento de arquivo no conjunto do patrimônio cultural brasileiro, o dever de sua proteção imputando responsabilidade coercitiva com vistas à garantia da memória e do acesso às informações, foram medidas, de certa forma, vanguardistas no Brasil.

4 Indolfo analisou as transformações no cenário arquivístico federal, no período de 1996 a 2006, a partir da aplicação dos instrumentos técnicos arquivísticos, identificando que grande parte das publicações de editais de ciência eliminação de documentos no Diário Oficial da União dos órgãos que integram o Sistema Nacional de Arquivos, não teve autorização do Arquivo Nacional.

No entanto, durante muito tempo a expressão patrimônio histórico e artístico se relacionava a construções de valor arquitetônico, priorizadas em detrimento de outros bens culturais representativos.

Esse conceito norteou, na prática, a política de preservação do patrimônio histórico no país e em diversos estados e municípios da federação brasileira, por força da estrutura de poder centralizador, imposta pelo Estado Novo. (1937-1945) Priorizou-se, assim, o patrimônio edificado e arquitetônico – a chamada ‘pedra cal’ – em detrimento de outros bens culturais significativos, mas que, por não serem representativos de uma determinada época ou ligados a algum fato histórico notável ou pertencentes a um estilo arquitetônico relevante, deixaram de ser preservados e foram relegados ao esquecimento e até destruídos por não terem, no contexto dessa concepção, valor que justificasse a sua preservação. (BOSI, 1997, p. 131)

No mesmo sentido, é o entendimento de Lowenthal (1998, p. 234, tradução nossa) que aborda a disputa representativa dos bens culturais:

Não será redundante afirmar que o patrimônio (como representação da identidade) é portanto, um campo de disputas; e essas se apresentam nas dicotomias ‘memória e esquecimento’, ‘preservação e destruição’, ‘identidade e diferença’, visto que as práticas políticas patrimoniais se apropriam de objetos patrimonializáveis em detrimento de outros. O patrimônio cultural é uma seara de batalhas: ‘o conflito é endêmico ao patrimônio’.

Entretanto, por mais que a Carta Magna conceba o patrimônio cultural brasileiro de forma abrangente⁵ a atenção parece se voltar prioritariamente para determinados bens, como demonstra a forma como o assunto vem sendo divulgado, em especial pelo órgão fiscalizador, se consideramos os dados estatísticos de controle de ações civis públicas cadastradas pela 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal – 4ª CRR, conforme Tabela 1:

Tabela 1 – Controle de Ação Civil Pública Cadastrada Na 4ª Crr/Mpf (1990-2010)

ASSUNTO	Nº de Ações Civis Públicas
Arqueológico	10
Arquitetônico e Paisagístico	94
Bens Móveis	4

5 Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, nova redação é dada ao dispositivo constitucional relativo à constituição do patrimônio, cujo conceito se desvincula do patrimônio histórico e artístico para vincular-se a um conceito mais amplo, ou seja, patrimônio cultural, que deve ser reconhecido e protegido dentro de suas categorias, dentre elas o bem cultural material de natureza arquivística.

Documental	1
Imaterial	6
Natural	1
Sítios e Conjuntos Urbanos	41
Outros	1
TOTAL	158

Fonte: BRASIL. Ministério Público Federal (2012).

Observando os dados da Tabela 1, podemos constatar que, dentre as 158 (cento e cinquenta e oito) ações civis públicas cadastradas na 4ª CRR, apenas 1 (uma) se relaciona ao Patrimônio Documental.

O Ministério Público é o fiscal do cumprimento da legislação e não se subordina a qualquer Poder e pode adotar medidas positivas para a proteção e preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro em âmbito cível e criminal. Além das funções previstas nas Constituições Federal e Estadual, na Lei Orgânica e em outras leis, incumbe, ainda, ao Ministério Público promover o inquérito civil e a ação civil pública, na forma da lei para a proteção, prevenção e reparação dos danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, aos bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico, e a outros interesses difusos, coletivos e individuais indisponíveis e homogêneos.

A ação protetiva em prol do patrimônio cultural não se trata de mera opção ou de faculdade discricionária do Poder Público, mas sim de imposição cogente, que obriga juridicamente todos os entes federativos. Em havendo necessidade de ação do Poder Público para assegurar a integridade de bens culturais, esta deve se dar de imediato, sob pena de responsabilização.

Mapeamento preliminar sobre a destruição de documentos de arquivo

Como apontado anteriormente, reportagens sobre furtos, destruição, eliminação de documentos ocupam os cadernos temáticos dos principais jornais do Brasil, assim como na internet, como, por exemplo, a que foi publicada pelo jornalista Elio Gaspari na Folha de S. Paulo, em 05 de outubro de 2003, divulgando o roubo de um conjunto de valiosas peças do acervo da Mapoteca do Itamaraty no Rio de Janeiro. Segundo Carvalho,⁶ em entrevista concedida ao mesmo jornal, “o caso do Itamaraty aponta para um novo alvo que começa a atrair os ladrões: os papéis históricos, mais fáceis de transportar”.

6 Rogério Carvalho era responsável pelo cadastro de bens culturais procurados do IPHAN em Brasília quando da reportagem concedida à Fernanda da Escóssia, da Sucursal do Jornal folha de S. Paulo no Rio de Janeiro.

No dia 22 de julho, fez-se uma descoberta no velho prédio do Itamaraty, no Rio de Janeiro: sua mapoteca, uma das jóias da cultura nacional, fora saqueada. Os ladrões **roubaram perto de 150 mapas e pelo menos 500 fotografias**. Numa avaliação grosseira, podem ter levado mais de US\$ 2 milhões. Até aí, repetiu-se a velha história do descaso da burocracia com a cultura.

[...]

Itamaraty informa que, “por instrução da Polícia Federal”, não contou o caso à patuléia. **Calou-se mesmo depois de o roubo ter sido noticiado duas vezes pela imprensa**. Na quinta-feira, informava que não tinha uma lista das peças roubadas.

[...]

Esse patrimônio de 50 mil peças, enriquecido pelas coleções do barão do Rio Branco e de Joaquim Nabuco, ocupa um grande salão, três salas e 450 gavetões. **Tinha um contínuo e uma chefe de serviço**. Morreu o contínuo, ficou só a chefe. Há estagiários e profissionais terceirizados que trabalham quando há quem pague. (GASPARI, 2003, grifo do autor)

Em janeiro de 2009, a Coordenação de Assuntos Federativos da Secretaria Estadual de Relações Institucionais do Estado da Bahia informou ao Jornal A Tarde on line que pelo menos 50 prefeitos baianos tiveram uma desagradável surpresa ao assumirem seus mandatos em 1º de janeiro: “não encontraram, nas prefeituras, registro algum sobre os convênios e contratos firmados entre os municípios e os governos estadual e federal. Os gestores não sabem quanto e a quem devem, o que pode interromper obras e serviços por inadimplência ou falta de prestação de contas”. (LEÃO, 2009)

Outros exemplos, como a destruição de documentos pela ação da chuva na Universidade de Brasília, a queima de arquivos no Palácio do Planalto, documentos jogados no lixo e desprotegidos pela falta de estrutura de guarda em instituições públicas no interior do Ceará⁷ são uma pequena amostra do quanto o patrimônio arquivístico está sujeito a diversos fatores de risco que acarretam prejuízos ao próprio Estado, uma vez que as informações contidas nos documentos asseguram a memória institucional e servem como elemento de prova e capacidade para tomada de decisão e geração de novos conhecimentos.

7 PARANHOS, T.; MACHADO, R. Chuva destrói patrimônio intelectual da Universidade de Brasília. *Correio Braziliense*, Brasília, DF, 13 abr. 2011. Disponível em: <http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2011/04/13/interna_cidadesdf,247606/chuva-destroi-patrimonio-intelectual-da-universidade-de-brasilia.shtml>. Acesso em: 2 fev. 2013.

LOURENÇO, I. Democratas quer que MPF investigue se houve queima de arquivo público no Palácio do Planalto. *Agência Brasil*, Brasília, DF, 28 ago. 2009. Disponível em: <<http://agenciabrasil.etc.com.br/noticia/2009-08-24/democratas-quer-que-mpf-investigue-se-houve-queima-de-arquivo-publico-no-palacio-do-planalto>>. Acesso em: 2 fev. 2012.

MELQUIADES JÚNIOR. Arquivos públicos em perigo. *Folha de S. Paulo*, 13 mar. 2007. Disponível em: <<http://search.folha.com.br/search?q=arquivos%20destru%EDdos&site=online>>. Acesso em: 02 fev. 2013.

Situação similar identificou-se com documentos do regime militar, como noticiado pela Rede Globo de Televisão em seu programa dominical “Fantástico”, em 12/12/2004, quando documentos militares de responsabilidade da Aeronáutica foram incinerados na Base Aérea de Salvador. (FRANCISCO, 2004; LAGO, 2004) Ainda sobre o assunto, a Folha de S. Paulo, em 29/12/2008, publicou entrevista com um Coronel reformado do Exército sobre a destruição de documentos da ditadura militar em que este afirma que “é rotina das unidades militares, isso acontece hoje em dia”. (VALENTE, 2008, p. A4)

O mesmo jornal publicaria em 02/07/2012 nova matéria sobre destruição de documentos da ditadura declarando que em 2008, pelo menos 39 relatórios secretos do Exército e do extinto Estado-Maior das Forças Armadas foram incinerados pela Ditadura militar entre o final dos anos 1960 e o início dos anos 1970. (VALENTE, 2012)

Ocorre que muitos documentos foram eliminados, pois o instrumento que regulamentava a salvaguarda de assuntos sigilosos no período ditatorial⁸ abria espaço para eliminações indiscriminadas de documentos, dando competência às autoridades militares julgar da conveniência para destruir documentos sigilosos.

Guardado em sigilo por mais de três décadas, um conjunto de 40 relatórios encadernados detalha a destruição de aproximadamente 19,4 mil documentos secretos produzidos ao longo da ditadura militar (1964-1985) pelo extinto SNI (Serviço Nacional de Informações) [...] Alguns papéis podiam causar incômodo aos militares, como um relatório intitulado “Tráfico de Influência de Parente do Presidente da República”. O material era relacionado ao ex-presidente Emílio Garrastazu Médici, que governou de 1969 a 1974. Outros documentos destruídos descreviam supostas “contas bancárias no exterior” do ex-governador de São Paulo Adhemar de Barros ou a “infiltração de subversivos no Banco do Brasil”. Boa parte dos documentos eliminados trata de pessoas mortas até 1981. (VALENTE, 2012)

Michel (2010) alerta que quando os elementos do passado são omitidos voluntariamente ou intencionalmente, resultam na chamada política do esquecimento que objetiva ocultar da narrativa coletiva os fatos e personagens históricos do passado, trazendo inegáveis efeitos sobre a produção da memória oficial.

O esquecimento-destruição vincula-se a categoria mais violenta de esquecimento, a mais radical e não objetiva à reconciliação nacional. Essa forma instituída de esquecimento é utilizada no sentido de construir uma memória oficial hegemônica em detrimento de memórias coletivas concorrentes que são o objeto de

8 Decreto nº 60.417, de 11 de março de 1967, revogado pelo Decreto nº 79.099, de 06 de janeiro de 1977, que dispõem sobre a aprovação do Regulamento para Salvaguarda de Assuntos Sigilosos.

uma ação sistemática de aniquilação (destruição de documentos públicos, autos de fé, etc...). Através dessas ações objetiva-se fragmentar ou até mesmo eliminar a identidade coletiva. (MICHEL, 2010, p. 23)

Nesse contexto, destacamos Funari (2004, p. 74) que afirma que “a constituição de uma identidade cultural é realizada através da preservação de uma memória dentro de determinada visão de mundo”, e os documentos de arquivo não estão visíveis e não são acessíveis facilmente pela sociedade, o que os torna sensivelmente esquecidos dentro do universo de proteção dos bens culturais. Na Tabela 2, apresentamos um mapeamento preliminar das notícias reportando casos de destruição de documentos:

Tabela 2 – Notícias veiculadas nos meios de comunicação sobre ocorrências de práticas lesivas aos documentos arquivísticos

Fontes de informação	Quantidade de Notícias	Período	Locais	Estados da Federação	Tipos de acervos	Tipos de acidentes
Jornal Correio Braziliense	10	2009-2011	Universidade, Escola, Cartório, Câmara Municipal.	DF, AL, MG, RJ	Documentos textuais relacionados a ditadura, alunos e assuntos administrativos	Documentos furtados, incinerados, queimados, destruídos pela chuva
Folha de S. Paulo	26	1991-2012	Museu, Prefeitura, Ministério, Tribunal.	DF, SP, SC, BA, CE, PR	Documentos textuais relacionados ao regime militar, ditadura, provas e assuntos administrativos	Documentos incinerados, destruídos por cupins, chuva, incêndio, extraviado, eliminados indiscriminadamente
Jornal do Brasil	6	2008-2012	Universidade Prefeitura.	SC, SP, RJ	Documentos relacionados a dissertações e teses, ditadura e assuntos administrativos	Documentos extraviados, incendiados, roubados
O Estado de S. Paulo	7	2002-2011	Prefeitura, Câmara Municipal, Tribunal.	RS, MA, SP, BA	Documentos relacionados a processos de obras, administrativo, ditadura e forças armadas	Documentos jogados no rio, incendiados, roubados

O Globo	17	2006-2012	Defensoria Pública, Ministério, Museu Universidade, Tribunal.	RJ, MG, DF, SP, PA, RO	Documentos textuais relacionados a assuntos administrativos, prontuário, ditadura	Documentos eliminados indiscriminadamente, rasgados, extraviados, queimados, incinerados, desaparecidos, destruídos por mofo e enchente
Internet	38	1998-2012	Cartório, Prefeitura, Ministério, Secretaria Estadual.	AL, MS, DF, BA, PR, SP	Documentos relacionados a assuntos administrativos, prontuário e ditadura	Documentos jogados no lixo, destruídos pela chuva, incinerados, queimados, roubados

Fonte: elaborada pelo autor.

As reportagens publicadas nos meios de comunicação nos permitem acompanhar, analisar e refletir sobre alguns dos fatores que contribuem para a destruição de parte do patrimônio arquivístico.

Considerando as reportagens citadas anteriormente, foram vários os fatores de destruição identificados e destacados, tais como: a ausência de lista de identificação dos documentos, quadro de pessoal reduzido, facilidade de transportar documentos despercebidamente, conveniência na decisão de eliminar documentos, falha na segurança, falta de estrutura predial. Estes fatores corroboram com o resultado das pesquisas realizadas a partir da década de 1990,⁹ com o objetivo de identificar e discutir os principais problemas enfrentados pelos arquivos públicos brasileiros, demonstrando que a ação do Estado de tutelar o patrimônio documental parece ser insuficiente frente aos acontecimentos noticiados. Essa percepção vai ao encontro da afirmação segundo a qual

Na perspectiva liberal, cabe à sociedade produzir cultura. Ao Estado, cabe apenas garantir as condições para que esse direito possa ser exercido por todos os cidadãos. Ora, isso implica numa atuação efetiva do Estado não só para defender a preservação do patrimônio, mas para criar condições da sociedade formular e implementar as políticas culturais e de preservação, a qual a realidade brasileira tem demonstrado ser bastante difícil. (FONSECA apud CALI, 2005 p. 17)

9 (FONSECA, 1996; CÔRTEZ, 1996; BOJANOSKI, 1999; FUNDAÇÃO HISTÓRICA TAVERA, 1999; OHIRA; MARTINEZ, 2001)

Considerações finais

Os arquivos exercem um papel importante no cenário político, econômico e social brasileiro como objeto comunicador e transformador, devido ao valor de suas informações orgânicas que propicia o exercício da cidadania. Desta forma, as argumentações ao longo deste trabalho buscaram evidenciar a importância do documento arquivístico como patrimônio cultural brasileiro e a responsabilidade do Estado em promover medidas para sua proteção.

Como dito anteriormente, essa pesquisa tem por objetivo mapear ações danosas ao patrimônio arquivístico noticiadas pela imprensa e verificar as medidas adotadas pelo Estado no acompanhamento, defesa e divulgação das ocorrências, bem como identificar as fontes de informações que indiquem essas medidas e, com isso, trazer uma reflexão sobre a importância do documento arquivístico, objeto do campo de estudo da arquivística e da ciência da informação.

Instituído como patrimônio cultural nacional pela Carta Magna, os documentos de arquivo, em razão do seu valor como elemento de prova e informação e como instrumento de desenvolvimento institucional e social, estão sob a tutela do Estado que deve garantir a sua proteção especial, imputando responsabilidade àquele que praticar conduta e atividade lesiva.

Apesar das normativas atuais existentes e da presença de órgão fiscalizador nas esferas governamentais, a eficiência na sua proteção ainda parece ser insuficiente e muitas vezes favorecem práticas e atividades criminosas. Os dados preliminares apresentados são um pequeno ensaio de que há uma carência de mecanismos e de observância para a promoção da proteção do patrimônio documental brasileiro.

Entretanto, faz-se necessário ampliar as discussões sobre o tema, pois o arcabouço legal existente não é por si só o único caminho para garantir a proteção, acesso e preservação da memória pública brasileira, dependente de vontade e de projeto político correlacionado a participação das forças político-sociais, pautada no debate público entre cidadãos e em condições iguais de participação.

A garantia do livre acesso à informação passa também pela proteção e preservação dos documentos de arquivo, expressão significativa da memória nacional. Embora ainda seja cedo para se avaliar, provavelmente a Lei de Acesso promulgada em 2011 irá contribuir para que o Estado, em suas diversas esferas, assumira de fato a responsabilidade que lhe cabe, bem como o cidadão terá os meios legais para fazer valer essa responsabilidade.

Referências

- ABREU, R. *A Fabricação do Imortal: memória, história e estratégias de consagração no Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.
- BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF, Senado, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 20 abr. 2013.
- BRASIL. *Lei n. 8.159, de 8 de janeiro de 1991*. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Brasília, DF, jan. 1991. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8159.htm>. Acesso em: 20 abr. 2013.
- BRASIL. Ministério Público. *Controle de Ação Civil Pública cadastradas na 4ª CRR*. [Brasília, DF]: Ministério Público Federal, 2010. Disponível em: <http://4ccr.pgr.mpf.gov.br/atuacao-do-mpf/estatisticas-acps/control_e_assunto_22_03_2010.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2013.
- BOJANOSKI, S. Estudo sobre as condições de preservação dos acervos documentais brasileiros. *Arquivo & Administração*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1/2, p. 35-78, jan./dez. 1999.
- BOSI, E. O Patrimônio Histórico Revisado. In: BITTENCOURT, C. (Org.). *O saber histórico na sala de aula*. São Paulo: Contexto, 1997. p. 130-135.
- CALI, P. *Políticas Municipais de Gestão do Patrimônio Arqueológico*. 2005. 200 f. Tese (Doutorado) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.
- CASTRO, S. R. de. *O Estado na preservação de bens culturais*. Rio de Janeiro: Renovar, 1991.
- CHAUÍ, M. Política cultural, cultura política e patrimônio histórico. In: SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA. Departamento do Patrimônio Histórico (São Paulo). *O Direito à Memória: patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo: DPH, 1992. p. 37-46.
- CHOAY, F. *L'Allégorie du patrimoine*. Paris: Seuil, 1992.
- CHUVA, M. Apresentação. In: CHUVA, M. *A invenção do Patrimônio: continuidade e ruptura na constituição de uma política oficial de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: IPHAN, 1995. p. 7-9.
- CÔRTEZ, M. R. P. A. *Arquivo público e informação: acesso à informação nos arquivos públicos estaduais do Brasil*. Belo Horizonte, 1996. 135 f. Dissertação (Mestrado) – Escola de Biblioteconomia, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 1996.
- FONSECA, M. C. L. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.
- FONSECA, M. O. *Direito à informação: acesso aos arquivos públicos municipais*. Rio de Janeiro, 1996. Dissertação (Mestrado) – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1996.
- FRANCISCO, L. PF inicia perícia em papéis queimados na BA. *Folha de S. Paulo*, p. A5, 17 dez. 2004.
- FUNDACIÓN HISTÓRICA TAVERA (Brasil). *Primier borrador de informe sobre la situación del Patrimonio documental de América Latina*. Madrid, mar. 1999.
- FUNARI, P. P.; PELEGINI, S. C. A. *Patrimônio histórico e cultural*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

- GONÇALVES, J. R. *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; IPHAN, 1996.
- INDOLFO, A. C. *O uso de normas arquivísticas no Estado Brasileiro: uma análise do Poder Executivo Federal*. 2008. Dissertação (Mestrado) – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, 2008.
- JARDIM, J. M. *Transparência e opacidade do Estado no Brasil: usos e desusos da informação governamental*. Niterói: EdUFF, 1999.
- JARDIM, J. M. *Sistema e políticas públicas de arquivos no Brasil*. Niterói: EdUFF, 1995.
- LAGO, R. Documentos em perigo. *Correio Braziliense*, Brasília, DF, 17 out. p. 2, 2004.
- LEÃO, L. et al. Documentos e máquinas somem das prefeituras. *A Tarde*, 24 jan. 2009. Disponível em: <<http://atarde.uol.com.br/politica/noticia.jsf?id=1058394>>. Acesso em: 24 jun. 2012.
- LE GOFF, J. *Memória e história*. Campinas: Editora Unicamp, 1990.
- LEMOES, C. A. C. *O que é patrimônio histórico?* São Paulo: Brasiliense, 1981.
- LOURENÇO, I. Democratas quer que MPF investigue se houve queima de arquivo público no Palácio do Planalto. *Agência Brasil*, Brasília, DF, 28 ago. 2009. Disponível em: <<http://agenciabrasil.etc.com.br/noticia/2009-08-24/democratas-quer-que-mpf-investigue-se-houve-queima-de-arquivo-publico-no-palacio-do-planalto>>. Acesso em: 2 fev. 2012.
- LOWENTHAL, D. *El pasado es un país extraño*. Madri: Ediciones Akal, 1998.
- MELQUIADES JÚNIOR. Arquivos públicos em perigo. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 13 mar. 2007. Disponível em: <<http://search.folha.com.br/search?q=arquivos%20destru%EDdos&site=online>>. Acesso em: 2 fev. 2013.
- MENESES, U. B. de. Identidade cultural e arqueologia. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 20, p. 33, 1984.
- MICHEL, J. Podemos falar em política do esquecimento? *Revista Memória em Rede*, Pelotas, v. 2, n. 3, ago./nov. 2010.
- OHIRA, M. L. B.; MARTINEZ, P. A. *Arquivos públicos municipais catarinenses: instrumentos de exercício da cidadania*. Florianópolis, 2001. Relatório Final (Projeto de pesquisa) – Programa de Iniciação Científica PIBIC/UFDESC/CNPq.
- PARANHOS, T.; MACHADO, R. Chuva destrói patrimônio intelectual da Universidade de Brasília. *Correio Braziliense*, Brasília, DF, 13 abr. 2011. Disponível em: <http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2011/04/13/interna_cidadesdf,247606/chuva-destroi-patrimonio-intelectual-da-universidade-de-brasilia.shtml>. Acesso em: 2 fev. 2013.
- RIBEIRO, F. Novos caminhos da avaliação de informação. *Arquivística.net*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 53-74, jul./dez. 2005. Disponível em: <www.arquivistica.net>. Acesso em: 24 jun. 2012.
- SILVA, S. C de A. *A preservação da informação arquivística governamental nas políticas públicas do Brasil*. Rio de Janeiro: AAB: FAPERJ, 2008.
- SILVA, S. *Algumas reflexões sobre preservação de acervos em arquivos e bibliotecas*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 1998.

VALENTE, R. Ditadura destruiu mais de 19 mil documentos secretos. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 2 jun. 2012. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/1113575-ditadura-destruiu-mais-de-19-mil-documentos-secretos.shtml>>. Acesso em: 22 fev. 2013.

VALENTE, R. Atas revelam que ditadura queimou papéis secretos. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. A4, 29 dez. 2008. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/1113575-ditadura-destruiu-mais-de-19-mil-documentos-secretos.shtml>>. Acesso em: 25 jun. 2012.

ZÚÑIGA, S. S. G. de. A Importância de um Programa de Preservação em Arquivos Públicos e Privados. *Registro: Revista do Arquivo Público Municipal de Indaiatuba*, Indaiatuba, ano 1, n. 1, p. 71-89, 2002.



fapesb 
Fundação de Amparo
à Pesquisa do Estado da Bahia